

DECRETO N.º 15.920, DE 26 DE JULHO DE 1946

Altera o Artigo 5.º do Decreto n.º 15.783, de 4 de maio de 1946.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo 1.º — Passa a ter a seguinte redação o artigo 5.º do Decreto n.º 15.783, de 4 de maio de 1946:

“Artigo 5.º — As atribuições e controles do extinto Serviço do Azeite e Oleos Comestíveis, transferidos à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, pela Portaria n.º 433 de dezembro de 1945, da Coordenação da Mobilização Econômica, serão exercidos pelo Departamento da Produção Vegetal”.

Artigo 2.º — Ficam, em consequência, transferidos para o mesmo Departamento o ativo, moveis e utensílios referentes a essas atribuições.

Artigo 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSE CARLOS DE MACEDO SOARES
Theodorico de Camargo
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de julho de 1946.
Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

DECRETO N.º 15.921 DE 26 DE JULHO DE 1946

Dispõe sobre a subordinação dos trabalhos de distribuição de farelo de trigo.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo 1.º — As atribuições e controles referentes ao Serviço de Distribuição de Farelo de trigo de que trata o Decreto n.º 15.827, de 3 de junho de 1946, passam a ser exercidos por dependências do Departamento da Produção Vegetal, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, cabendo ao Superintendente do mesmo Departamento designar os funcionários responsáveis pela execução dos respectivos trabalhos.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de julho de 1946.

JOSE CARLOS DE MACEDO SOARES
Theodorico de Camargo
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de julho de 1946.
Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

DECRETO-LEI N.º 15.922 DE 26 DE JULHO DE 1946

Apura e aprova o acordo celebrado em 18 de julho de 1946, entre o Governo Federal e o Governo do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 302, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica aprovado e fazendo parte integrante deste Decreto-lei, o acordo celebrado em 18 de julho de 1946, entre o Governo Federal e o Governo do Estado.

Artigo 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de julho de 1946.

JOSE CARLOS DE MACEDO SOARES
Edgard Baptista Pereira
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, aos 26 de julho de 1946.
Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

DECRETO-LEI N.º 15.923 DE 26 DE JULHO DE 1946

Reestabelece o Departamento Estadual do Trabalho e as outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Artigo 1.º — Nos termos do Acordo celebrado entre o Governo Federal e o Governo do Estado e aprovado pelos Decretos-leis Federais n.ºs 9.400, de 18 de julho de 1946, e Estadual n.º 15.922 de 26-julho-1946, fica reestabelecido o Departamento Estadual do Trabalho, com todas as atribuições que cabiam à extinta Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Estado de São Paulo, e bem assim as que vierem a ser atribuídas, genericamente, às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e outros encargos de natureza estadual, concernentes à proteção do trabalho, ou ligados à produção.

Artigo 2.º — O Departamento Estadual do Trabalho, diretamente subordinado à Secretaria do Governo, terá a organização que lhe era dada pelo Decreto-lei n.º 14.955, de 26 de junho de 1944, artigos 2.º a 9.º.

Artigo 3.º — Ficam revigoradas as normas legais ou regulamentares que regiam o Departamento no tempo de sua extinção, desde que não contrariem ao presente Decreto-lei ou ao Acordo referido no artigo 1.º.

Artigo 4.º — Aos atuais servidores da Delegacia Regional do Trabalho, Indústria e Comércio, que optarem pelo serviço público estadual é assegurada situação idêntica, com como computado integralmente, e para todos os efeitos legais o tempo de serviço federal.

Parágrafo único — Esses servidores não estão sujeitos às formalidades de posse e exercício, sendo este considerado em continuação.

Artigo 5.º — Ficam criados os cargos constantes das Tabelas anexas ao presente Decreto-lei, que constituem o “Quadro Especial do Departamento Estadual do Trabalho”, ora incluído nas Tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 14.138, de 18 de agosto de 1944.

§ 1.º — Serão nomeados para esses cargos os atuais ocupantes de cargos correspondentes do quadro da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que optarem pelo serviço público estadual, nos termos do Decreto-lei Federal n.º 9.460, de 18 de julho de 1946.

§ 2.º — A nomeação se fará obedecida a correspondência alfabética dos padrões entre os dois quadros, observado o disposto no artigo 7.º

§ 3.º — As vagas que houver no “Quadro Especial

do Departamento Estadual do Trabalho” poderão ser providas livremente, quando se tratar de cargos isolados, e interinamente, nos termos do artigo 1.º, IV, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, quando se tratar de cargos de carreira, considerando-se como iniciais os de menor padrão de vencimentos, entre os da mesma denominação.

§ 4.º — Os cargos constantes do “Quadro Especial do Departamento do Trabalho” serão reclassificados nas demais tabelas do Quadro Geral anexo ao Decreto-lei n.º 14.138 de 18 de agosto de 1944, cabendo ao Departamento do Serviço Público elaborar o projeto respectivo.

§ 5.º — A reclassificação respeitará a situação dos ocupantes, quanto à forma de provimento.

§ 6.º — Aos antigos funcionários do Departamento Estadual do Trabalho que, quando da sua extinção por força do acordo aprovado pelo Decreto n.º 14.353, de 9 de dezembro de 1944, optaram pelo serviço público federal e agora retornarem ao serviço público estadual, será garantida, na reclassificação a que se refere o § 4.º, situação não inferior à que teriam, forçosamente, em virtude das reestruturações de carreira e elevação de padrões efetuados nos quadros estaduais, se permanecessem no serviço estadual.

Artigo 6.º — Serão mantidos, com as vantagens atuais, os extranumerários atualmente existentes na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que optarem pelo serviço estadual.

Parágrafo único — aos extranumerários mensialistas e diaristas ficam estendidas, no que couber, as disposições dos Decretos-leis ns. 15.297, de 12 de dezembro de 1945, e 15.400, de 27 de dezembro de 1945, considerando-se incluídos no Quadro Provisório a que aludem esses Decretos-leis, os cargos correspondentes.

Artigo 7.º — O estipêndio dos servidores referidos no artigo 4.º, obedecerá aos padrões estaduais, pagando-se-lhes, em separado, a diferença porventura existente entre esses padrões e o que atualmente percebem.

§ 1.º — Essa diferença será suprimida à medida que os seus padrões de vencimentos, nos quadros estaduais, sejam elevados por qualquer forma, até atingir a importância que ora percebem.

§ 2.º — Não se estendem a esses servidores as disposições da atual legislação do Estado, referente à concessão de abono.

Artigo 8.º — A importância atualmente percebida pelos servidores referidos no artigo 4.º, a título de salário-família, será paga em separado pelo Estado, cessando esse pagamento, total ou parcialmente, na forma da legislação federal.

Artigo 9.º — Aos servidores da extinta Delegacia Regional que optarem pelo serviço estadual é facultativa a contribuição ao Instituto de Previdência do Estado, desde que sejam contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Artigo 10 — Até liquidação final serão descontadas em folha de pagamento as importâncias já consignadas e averbadas e devidas pelos servidores referidos no artigo anterior ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e à Caixa Econômica Federal.

Artigo 11 — Os servidores do antigo Departamento Estadual do Trabalho que, valendo-se da faculdade do artigo 8.º do Decreto-lei federal n.º 7.128, de 7 de dezembro de 1944, optaram pelo serviço público estadual, poderão, mediante pedido próprio e a juízo do Governo, ser novamente lotados no Departamento ora reestabelecido.

Artigo 12 — O Departamento Estadual do Trabalho dentro de 90 dias fará o inventário dos moveis e utensílios da extinta Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a necessária avaliação, remetendo cópia à Contadoria Central do Estado.

Artigo 13 — Oportunamente será expedida a legislação complementar que se fizer necessária para boa execução deste Decreto-lei.

Artigo 14 — O Departamento do Serviço Público e o Departamento Estadual do Trabalho, dentro de suas atribuições, providenciarão a expedição dos atos necessários para regularizar a situação do pessoal.

Artigo 15 — Quanto aos atuais servidores da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que permanecerem no serviço federal, mas continuarem à disposição do Departamento Estadual do Trabalho, serão fornecidos à autoridade federal competente, os necessários atestados de frequência, para todos os efeitos legais, inclusive percepção de vencimentos ou salários.

Artigo 16 — Para a execução do presente Decreto-lei fica aberto o crédito especial de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado no corrente exercício.

Artigo 17 — Este decreto-lei entrará em vigor em 1.º de agosto de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de julho de 1946.

JOSE CARLOS DE MACEDO SOARES
Edgard Baptista Pereira
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, aos 26 de julho de 1946.
Cassiano Ricardo — Diretor Geral.

TABELAS ANEXAS AO DECRETO-LEI N.º 15.923, DE 26 DE JULHO DE 1946

QUADRO ESPECIAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO

TABELA I

N.	Cargos isolados de Provimento em Comissão	Classe ou padrão
1	Diretor Geral	R
4	Diretor	Q

TABELA II

N.	Cargos isolados de Provimento Efetivo	Classe ou padrão
1	Assistente	P
2	Técnico de Mecanização	M
2	Técnico de Administração	M
2	Técnico de Administração	L
2	Técnico de Documentação	L
1	Tesoureiro	L

TABELA III

N.	Cargos de carreira	Classe ou padrão
6	Procurador	M
4	Procurador	L
12	Procurador	J
2	Oficial Administrativo	K
3	Oficial Administrativo	J
3	Inspetor do Trabalho	L

4	Inspetor do Trabalho	K
4	Inspetor do Trabalho	J
12	Inspetor do Trabalho	I
32	Inspetor do Trabalho	H
1	Inspetor do Trabalho	G
19	Inspetor do Trabalho	F
18	Inspetor do Trabalho	E
1	Bibliotecário	G
1	Almoxarife	J
1	Médico	J
1	Dactiloscopista	J
3	Dactiloscopista	H
2	Dactiloscopista	G
5	Dactiloscopista	E
11	Auxiliar de Dactiloscopista	E
11	Dactiloscopista	D
6	Arquivista	F
12	Escriturário	H
35	Escriturário	F
75	Escriturário	E
5	Auxiliar de Escrita	F
12	Auxiliar de Escrita	E
11	Auxiliar de Escrita	D
12	Auxiliar de Escrita	O
6	Auxiliar de Escrita	B
5	Dactilógrafo	D
1	Telefonista	D
2	Servente	D
16	Servente	O
14	Servente	D

TABELA IV

Funções Gratificadas

		Cr\$
1	Assistente do Diretor Geral	600,00
15	Chefe de Seção	500,00
10	Chefe de Divisão Regional	600,00
1	Porteiro.	300,00

Cargos a serem incluídos no Quadro Provisório (Decreto-lei n.º 15.297, de 12 de dezembro de 1945), correspondentes a funções de extranumerários.

N.	Cargo	Padrão numérico
2	Assistente Jurídico	22
2	Inspetor	16
5	Inspetor	14
1	Inspetor	13
15	Inspetor	11
3	Inspetor Auxiliar	8
1	Contabilista Auxiliar	14
3	Contabilista Auxiliar	12
2	Fotógrafo	21
1	Fotógrafo Auxiliar	11
1	Fotógrafo Auxiliar	9
1	Fotógrafo Auxiliar	7
1	Motorista	11
2	Identificador	8
1	Identificador	8
4	Identificador	7
1	Auxiliar de Escritório	11
3	Auxiliar de Escritório	10
6	Auxiliar de Escritório	9
3	Auxiliar de Escritório	8
19	Auxiliar de Escritório	7
43	Praticante de Escritório	6
1	Praticante de Escritório	5
6	Serventes	5
1	Trabalhador	8

PALACIO DO GOVERNO

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, na conformidade do disposto no art.º 41 do decreto-lei n.º 12.273, de 28 de outubro de 1941,

Resolve autorizar a prorrogação do afastamento, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de d. Lygia de Azevedo Paes, auxiliar de escritório, padrão numérico 1 de GP, lotada na Diretoria de Publicidade Agrícola, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, para prestar serviços junto à Secretaria do Governo, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do seu cargo.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de julho de 1946.

JOSE CARLOS DE MACEDO SOARES.

Processos despachados pelo Interventor Federal, em 26 do corrente:

da Reitoria da Universidade de São Paulo. Propõe a elevação do salário de Abrahão de Moraes, professor contratado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (SI. 2531-40): “Autorizo”;

do Departamento do Serviço Público. Transmite processo da Secretaria da Segurança Pública em que se propõe a aplicação da pena de suspensão de função, a José Simão, extranumerário mensalista, da Delegacia de Polícia de Piraju. (SI. 7263-45): “Aplico a pena de suspensão por 30 dias”;

da Secretaria da Agricultura. Encaminha processo em que Bruno Correa Sampaio, zootecnista, lotado no Departamento da Produção Animal, daquela Secretaria, reclama contra pagamento de diferença de vencimentos a que se julga com direito, por substituição. (SI. 5012-45): “Aprovo o parecer do D. S. P.”;

da Secretaria da Fazenda. Transmite processo em que Orlando Finto de Oliveira, inspetor-chefe de fiscalização, daquela Secretaria, recorre de despacho do titular da referida Pasta, que lhe indeferiu pedido de pagamento de quotas. (SI. 7304-46): “Nego provimento no recurso, em face do parecer do D. S. P.”;

de Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, engenheiro da Prefeitura Municipal de São Paulo. Recorre de despacho do Prefeito da Capital que lhe indeferiu pedido de reconsideração do despacho de nomeação para cargo de engenheiro-chefe, efetivo, no Departamento dos Serviços Municipais, daquela Prefeitura. (SI. 6801-45): “Nego provimento no recurso, em face do parecer de fls. 33-35”;

de Sebastião Antonio Pereira, funcionário aposentado, da Secretaria da Educação. Solicita reconsideração do despacho que lhe indeferiu pedido de pagamento de 4.ª parte de vencimentos, a que se julga com direito. (SI. 423-44): “Reconsidero o despacho de fls. 17 do processo n.º 399-43 e defiro o pedido de fls. 65 deste processo, em face do parecer de fls. 72-79 e 82-83”;

da Secretaria da Fazenda. Transmite processo relativo ao pagamento de diferença de diárias a Arthur Cerqueira Leite, exator, classe “E”, lotado naquela Secretaria. (SI. 5344-45): “Reconsidero o despacho de fls. 5 para o fim de ser mantido o de fls. 18, do processo R-29402-43, da Secretaria da Fazenda, em face dos pareceres de fls. 7-8 e 14-15”;